



Embassy of Sweden
Maputo

29 September, 2005

PARCERIA DE APOIO PROGRAMÁTICO

Alguns pontos de reflexão na altura da conclusão da consulta semianual entre o Governo da República de Moçambique e a Parceria de Apoio Programático

Vossa Excelência o Ministro de Planificação e Desenvolvimento
Vossas Excelências Ministros do Governo da República
Excelentíssimos senhores membros do Governo
Colegas do corpo diplomático e da cooperação internacional
Minhas senhoras e meus senhores

É para mim e para nós todos um momento de profunda satisfação. Depois de várias semanas intensivas de trabalho técnico e diálogo político, estamos aqui reunidas para concluir o processo da consulta semianual. Consoante o Aide Memoire que acabamos de concordar, estamos de acordo sobre as actividades prioritárias e as metas principais a serem alcançadas pelo Governo durante o ano 2006. Os Quadros de Avaliação de Desempenho para as duas partes também estão prontos e concordados entre nós. Resta ao Governo cumprir com os seus compromissos e continuar a fazer o seu melhor para facilitar e apressar o processo de redução da pobreza absoluta neste belo País. Resta aos doadores, no espírito da Declaração de Paris, melhorar, efectivizar e alinhar cada vez mais a sua prestação de apoio a Moçambique, de maneira a contribuir com eficácia a esta nobre tarefa.

O processo da consulta tem sido avultado, apesar da nossa decisão de o fazer o mais “light” possível! Teremos que melhorar a eficiência do processo da próxima vez. No entanto, temos pelo processo criado oportunidades importantes para trocar ideais, fazer análises comuns, comunicar preocupações e aumentar a coordenação entre todas as partes.

É importante aqui referir que dezenas dos nossos quadros trabalharam com grande engajamento nos grupos de trabalho, nos órgãos de coordenação e em particular no grupo de elaboração. Face a vários adiamentos e alterações ao programa, os grupos ajustaram-se constructivamente e continuaram o seu trabalho com dedicação. Compete a mim e a todos nós proferir os nossos profundos agradecimentos a todos vós que tanto fizeram para fazer esta consulta um sucesso.

Quero elogiar o Governo por ter nos facilitado os esboços do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2006. Pela primeira vez foi possível nós consultarmos entre nós durante a Revisão sobre os planos e verbas para o próximo ano. Isto conduziu a uma consulta melhor fundamentada e mais aprofundada. Também conduziu a várias demoras e vários apertos, pelo que muitos de nós sentimos uma lamentável falta de tempo para ler, analisar, conversar e concordar! Espero da próxima vez podermos adiantar a distribuição dos documentos para fazer o processo mais tranquilo!

Observamos no Aide Memoire que o processo em si ajudou para melhorar a consistência entre os instrumentos do Governo, nomeadamente o PES e o Orçamento. Contudo, ainda persistem pontos onde a coerência ainda não é completa, o que deverá ser um ponto de especial atenção durante a próxima consulta semianual.

Conseguimos desta vez integrar muito mais do volume total do apoio externo ao País, no Orçamento do Estado. É claro que isto conduziu a alguns melhoramentos significativos na base de dados para planeamento. Também, através de dar ao Governo uma visão mais global sobre os recursos, conduziu a novas dificuldades de priorização e afectação de recursos. Vários sectores queixaram-se durante a consulta sobre a relativa escassez de recursos, sobretudo domésticos, para alcançar os objectivos que tinham traçado. Nós compreendemos que o Governo só pode fazer aquilo para que tem meios. Igualmente, estamos satisfeitos que mais do que 69% dos recursos do Orçamento estão priorizados para a luta contra a pobreza. Quero no entanto fazer duas observações. Cada vez mais salienta-se a necessidade do Governo tomar medidas para resolver os muitos problemas que surgem em volta da questão da IVA. Os doadores também tem que considerar as isenções e excepções que eles próprios exigem nesta área, porque contribuem para complicar a capacidade executiva do Governo. A outra é, que as chamadas “operações financeiras” estão a aumentar até um nível significativo do próprio PIB, e parece-nos ser parte importante da boa governação financeira, estas operações tornarem-se mais transparentes e melhor encaixadas no processo orçamental.

Quanto ao conteúdo da nossa consulta, acho que identificamos um grupo nuclear de assuntos de preocupação mútua e continuámos o nosso diálogo sobre isto. Não tenho tempo para levantar todos estes assuntos aqui. Eu gostaria no entanto de enfatizar alguns deles.

É evidente que o combate ao HIV/SIDA não tem sido suficiente para parar e inverter o alastramento desta pandemia. Todos nós queremos ver mais acção e mais sucessos nesta área. Talvez entre os aspectos mais importantes, é a estenção dos cuidados necessários para todas as crianças e todos os velhos que foram vítimas pelos efeitos da mesma.

É uma condição de raiz para o nosso apoio ao Orçamento, e para o Estado em geral, que as reformas dos sistemas de gestão financeira avancem, progridem e tornam-se operacionais. Sabemos quais são: SISTAFE, sistema salarial, procurement, gestão de multas, auditoria, tributação, bem, são muitas mas essenciais. O Governo está a fazer muito nesta área e desejamo-vos melhores sucessos.

Não posso deixar de observar, que estamos muito satisfeitos com alguns avanços na área da Justiça, incluindo melhoramentos tangíveis, e que estamos esperançados de ver ainda mais. Ficamos alegres com o melhor ambiente de diálogo na área da auditoria, e como passo seguinte gostaria de fazer lembrar ao Governo a questão ainda pendente da compatibilização das funções do Tribunal Administrativo.

Durante este processo temos visto que passos iniciais estão em curso para facilitar a operação do sector privado. Mas estamos de todos de acordo que resta ainda fazer muito mais, urgentemente.

Excelências,

Já chega de observações. Daqui a poucos dias, um melhor Plano e um melhor Orçamento darão entrada para a Assembleia da República, para debate e para promulgação. Quero exprimir outra vez a satisfação do Grupo 17 e dos doadores com a transparência deste processo e com a evidente seriedade com que o Governo dirige e participa nele. Do nosso lado, comunicamos o nosso acordo com o QAD para 2006, e prevemos a sua boa aplicação!

Maputo, aos 29 de Setembro de 2005